

BOLETIM INFORMATIVO Nº 113 | 26 de Outubro de 2017

Edição: Assessoria de Comunicação Social da FENAVENPRO

Jornalista responsável: Tania Maria de Oliveira / Reg. 19198 JP

Designer Gráfico: Tathiana Marcelli / Jorge Paulo Espindola

Temer consegue barrar denúncia na Câmara, mas perde apoio na base

A **Câmara dos Deputados** rejeitou, pela segunda vez, uma denúncia da Procuradoria-Geral da República contra o **presidente Michel Temer** (PMDB), desta vez por obstrução de justiça e organização criminosa. Apesar de conseguir barrar a investigação contra ele, **Temer** viu reduzir o apoio dos parlamentares e recebeu 12 votos a menos do que na primeira denúncia.



[Leia mais](#)

Dívida Pública sobe para R\$ 3,4 tri em setembro



Informou a **Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda** na segunda-feira passada (23 de outubro). A **Dívida Pública Federal** – que inclui o endividamento interno e externo do Brasil – registrou aumento em setembro.

O estoque da dívida subiu 0,79%, passando de R\$ 3,404 trilhões, em agosto, para **R\$ 3,430 trilhões em setembro**. Esse crescimento da **Dívida** ocorreu devido aos gastos com juros no valor de R\$ 27,15 bilhões.

[Leia mais](#)

Com nova regra, tarifa de energia deverá subir 3,3% em novembro

O aumento nos valores das bandeiras tarifárias anunciado na terça-feira (24 de outubro) desta semana, pela **Aneel (Agência Reguladora do Setor Elétrico)** terá um impacto pequeno para o consumidor final. Na média, **o aumento na conta de luz do brasileiro será de 3,3% em novembro**, segundo a consultoria TR Soluções.

O cálculo foi feito com base na tarifa média do país, pois o valor varia em cada Estado e em relação ao nível de tensão de cada consumidor. Em São Paulo, por exemplo, onde a tarifa é mais baixa, o impacto será de 3,6%.



[Leia Mais](#)

Governo terá que divulgar “lista suja” do trabalho escravo



A **Justiça do Trabalho** determinou que a **União** e o **ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira**, divulguem a chamada **“lista suja” dos empregadores** que sujeitaram trabalhadores à condição análoga à da escravidão, sob pena de serem multados em caso de descumprimento.

A sentença do juiz trabalhista Rubens Curado Silveira, de Brasília, tem **abrangência nacional** e atendeu ao pedido apresentado pelo **Ministério Público do Trabalho (MPT)**, que questionava o fato de tanto a lista quanto a atualização dela não estar sendo feita.

[Leia mais](#)

Mais de 1,4 milhão de MEIs têm CNPJ suspenso

Informou o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços. Os Microempreendedores Individuais alvos da suspensão, por 30 dias, são aqueles que não entregaram a Declaração Anual Simplificada (DASN-SIMEI) referente aos anos de 2015 e 2016 ou não cumpriram com as contribuições mensais durante os anos de 2015, 2016 e 2017.